

AS CONCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO QUANTO AS PRÁTICAS RACISTAS NO BRASIL E NA ESCOLA

THE CONCEPTIONS OF STUDENTS OF MIDDLE SCHOOL AS RACIST PRACTICES IN BRAZIL AND SCHOOL

Cleonildo Mota Gomes Júnior Gomes Júnior
cleonildo.junior@yahoo.com.br
Mestrando em Educação - UPE (Mata Norte)

RESUMO

Combater as práticas do racismo na atual sociedade brasileira e nos espaços escolares permanece como processo de luta pelo reconhecimento e a valorização étnica de um povo e de um espaço igualitário de convivência das diferenças. Por sua vez, o presente artigo de caráter qualitativo e quantitativo, busca apresentar um relato de experiência a partir das aulas de Sociologia em uma determinada escola privada no município de Recife/PE, cuja proposta pedagógica desenvolvida, viabiliza compreender como as concepções dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio em relação às práticas do racismo se manifestam na sociedade brasileira e na escola instituídas em nosso cotidiano. O estudo em questão está fundamentado a partir das discussões e concepções de alguns autores como Munanga e Gomes (2006), Santos (2007), Gomes (2006), Carvalho (2008), Cavalleiro (2001), que subsidiaram a compreensão sobre o que constitui o racismo no Brasil e o papel social da escola para combater as práticas racistas existentes. Além dos documentos oficiais como as Leis Federais nº 10.639/03 e 11.645/08. Os estudos revelam que permanece a existência do racismo em nossa sociedade e que esse é fruto de uma formação social mal estabelecida desde o período colonial. Por fim, aponta também que para minimizar as práticas racistas, a discussão deve ser colocada em pauta nos espaços escolares, trazendo o conhecimento da História da África como instrumento primordial para a construção de uma sociedade igualitária.

Palavras-chave: Escola. Prática racista. Racismo. Relação étnico-racial.

ABSTRACT

Fighting the practices of racism in today's Brazilian society and in school spaces remains as a process of struggle for the recognition and ethnic appreciation of a people and an egalitarian space of coexistence of differences. In turn, this qualitative and quantitative article seeks to present an experience report through the Sociology classes in a particular private school in the city of Recife / PE, whose pedagogical proposal developed, makes possible to understand the conceptions of the students of the 3rd year of the High School in relation to the practices of racism is manifested in the Brazilian society and in the school instituted in our daily life. The

study in question is based on the discussions and conceptions of some authors such as Munanga and Gomes (2006), Santos (2007), Gomes (2006), Carvalho (2008), Cavalleiro (2001), who subsidized for understanding what constitutes racism in Brazil and the school's social role to combat existing racist practices. In addition to the official documents such as Federal Laws 10,639 / 03 and 11,645 / 08. The studies reveal that the existence of racism in our society remains and that this is the result of a bad social formation established since the colonial period. Finally, it also points out that in order to minimize racist practices, the discussion should be placed on the agenda in school spaces, bringing the knowledge of the History of Africa as a primordial instrument for the construction of an egalitarian society.

Keywords: School. Racist practice. Racism. Ethnic-racial relationship.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre as práticas racistas que se estabelecem no campo educacional e na sociedade brasileira, é compreender que o racismo é considerado como um pensamento ou atitude que proporciona as desigualdades sociais, porque distancia a humanidade por considerar superiores as outras pessoas por questões étnicas. Prontamente, quando se direciona a compreensão do racismo, o primeiro pensamento que aparece nos pensamentos das pessoas é contra os negros, mas o racismo é firmado nas diferenças de raças.

Embora, o Brasil apresente-se como um país multicultural, presença de diversas culturas e etnias, percebe-se que a incidência de racismo em nossa sociedade, pode não ser tão evidente para as pessoas, mas a prática do racismo não deixa de existir. Porque em alguns casos, isso acontece de forma sutil, em que essa prática racista nem é percebida pelas pessoas. Por sua vez, as configurações racistas acontecem em forma de piadas, xingamentos, ou simplesmente evitar o contato físico com a pessoa.

Logo, o racismo em sua essência vem sendo estudado por vários pesquisadores, como Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques D'Adesky (2002) entre outros, que justificam que a prática do racismo é considerada como um comportamento social que está visível no contexto histórico da humanidade, expressando assim de forma individual e institucional.

Para Munanga e Gomes (2006) o racismo é considerado como um comportamento caracterizado a partir do ódio em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial e que está relacionado à cor da pele, cabelo, formato de olhos, entre outros aspectos. Neste

contexto, se faz necessário compreendermos que para lutarmos contra quaisquer tipos de desigualdades, preconceitos e discriminação, precisamos fundamentar nossos questionamentos a partir das bases legais estabelecidas na sociedade. Porque “não se pode mais pensar numa igualdade que não incorpore o reconhecimento das diferenças, o que supõe lutar contra todas as formas de desigualdades, preconceito e discriminação” (CANDAU, 2005, p. 18).

Logo surge a problemática em questão: Até que ponto os estudantes têm evidenciado a prática do racismo na escola a qual estão inseridos? A História da África torna-se um instrumento para combater a prática do racismo no Brasil? Há ações positivas que possam favorecer o combate à discriminação racial na escola e na sociedade brasileira? Nessa perspectiva, procurou-se por meio da prática pedagógica, a partir da aula de Sociologia, sobre os princípios das “desigualdades sociais no Brasil”, verificar com os estudantes do 3º Ano do Ensino Médio como as práticas do racismo se manifestam na sociedade brasileira e na escola através das visões estabelecidas por esses estudantes, em uma determinada escola privada em Recife/PE.

Portanto, abordar sobre as questões raciais no Brasil, não é algo em que deve ser direcionado apenas aos interesses das pessoas negras ou pertencente aos militantes do Movimento Negro (MUNANGA; GOMES, 2006). Contudo, o estudo em evidência vem transpor sobre as concepções dos estudantes do Ensino Médio se o racismo permanece estabelecido na sociedade brasileira, além do contexto escolar. Esses questionamentos nos conduziram a compreender que a igualdade que almejamos deve assumir o reconhecimento por meio dos direitos básicos de todos e todas (CANDAU, 2005).

O presente artigo está fundamentado a partir da pesquisa qualitativa e quantitativa, que para Minayo (2001) a diferença entre qualitativo-quantitativo está direcionada ao método da abordagem. Assim, a abordagem qualitativa analisa as informações narradas de uma forma organizada, mas intuitiva. Enquanto a pesquisa quantitativa utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados.

Dessa forma, utilizou-se nessa investigação a abordagem da pesquisa *in loco*, cujo estudo foi desenvolvido em uma determinada escola privada do município de Recife, localizada no bairro de Boa Viagem, com os estudantes do 3º Ano do Ensino Médio a partir da Disciplina de Sociologia, onde buscou por meio da discussão do conteúdo “Desigualdades Sociais”, evidenciar quais as concepções dos estudantes no que diz respeito às práticas de

racismo que permanecem instituídas na sociedade e na escola. Por sua vez, o estudo em questão vem proporcionar a reflexão de como a prática do racismo é visível no campo educacional, estendendo-se para as outras áreas sociais.

Inicialmente, houve um diálogo sobre o “racismo” de forma a refletir sobre os aspectos que constituem as práticas racistas no Brasil e na Escola. Após a discussão, os estudantes do 3º Ano do Ensino Médio, sujeitos envolvidos na prática pedagógica, responderam a cinco questões que categorizou a pesquisa, como proposta de verificar individualmente as concepções acerca da temática. Nesse contexto, buscou-se investigar como as práticas do racismo se manifestam na sociedade brasileira e na escola a partir das visões estabelecidas no cotidiano dos estudantes do 3º Ano do Ensino Médio. As respostas que enfatizaram a discussão aconteceram aleatoriamente e como questão da ética da pesquisa, está resguardada a integridade dos estudantes envolvidos nesse processo pedagógico, os quais estão identificados por uma letra do alfabeto brasileiro.

As práticas racistas no Brasil e a na Escola: compreensão dos estudantes do Ensino Médio

Ao direcionar a palavra preconceito e racismo, precisa-se compreender em seu estudo etimológico que, preconceito é considerado como uma opinião formada antecipadamente, cuja ponderação e conhecimento dos fatos são pré-julgados por meio de opiniões formadas pelo indivíduo, sem levar em conta os fatos que a contestam. Pois é considerado como um pré-julgamento, algo já previamente julgado. Em relação ao racismo, essa é uma teoria que se sustenta por meio da superioridade de certas raças em detrimento de outras, preconizando ou não um princípio de segregação racial ou provocando uma extinção de determinadas minorias.

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação à pessoa que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 178).

Agregando-se a isso, é importante refletir que a prática do racismo na atual sociedade brasileira acontece de diversas formas, principalmente em relação à população afro-brasileira,

pois ela se expressa com base em dados estatísticos, por meio da escolarização dos jovens negros que se apresentam inferiores aos brancos. Além disso, correspondem também nesses quadros estatísticos as condições da renda financeira, entre outros fatores que emergem na sociedade. De acordo com Munanga e Gomes (2006), as práticas racistas também se constituem por meio dos:

[...] livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. Manifestam-se ainda nos meios de comunicação de massa (propagandas, publicidade, novelas), que insistem em retratar o negro e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de discriminação, de maneira indevida e equivocada (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 180).

As formas sutis da prática do racismo visíveis são expressas também por meio das piadas que são direcionadas às questões negras, além das brincadeiras, olhares, frases de duplo sentido, entre outras. Logo, é evidente compreender que essas construções das práticas racistas sempre ocorreram no contexto histórico do Brasil, a partir do período colonial onde se estabeleceram a superioridade das raças constituídas por meio da presença dos povos europeus em nossas terras.

Entretanto, constituir uma discussão pautada no que diz respeito às bases de combate ao racismo e preconceito na atual sociedade é nos reportar diante dos princípios que se fundamenta o Movimento Negro no Brasil. Porque esses princípios defendidos pelo Movimento Negro estão direcionados à busca pela igualdade de direitos, que foram marcadas como lutas e resistências de um povo, em combater as práticas preconceituosas e discriminatórias estabelecidas diante do histórico e da formação de uma sociedade. Considerado assim, como símbolo da caótica relação (pré) estabelecida por uma corporação que se constitui por base do etnocentrismo que é definido como uma visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultural o centro de tudo em detrimento da cultura do outro.

Por sua vez é preciso compreender que “os sentimentos etnocêntricos estão enraizados na humanidade e por isso mesmo são difíceis de ser controlados. Porém, quando esse tipo de sentimento se exacerba produzindo uma ideia de que o outro, visto como a biológica, ele pode se transformar em racismo” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 181). Nesse contexto, é importante considerar que o combate às práticas discriminatórias e preconceituosas,

principalmente contra o racismo no Brasil, começou a instituir-se a partir do Movimento Negro Unificado (MNU), cuja proposta estabelecida pelo movimento, a política da igualdade racial, influenciou com suas ideias o cotidiano dos afro-brasileiros em vários aspectos, como no social, na cultura e na religiosidade. Vale ressaltar diante da concepção de Batista (2010) que:

[...] entre os objetivos do movimento negro nacional e local no setor educação está a necessidade de romper com o mito da democracia racial na escola. E o que isso significa? Significa romper com uma política educacional que negou e nega até os dias de hoje a existência do racismo na sociedade, expresso na negação da desigualdade e da concepção universalista da mestiçagem e do sincretismo na teórica oficial. (BATISTA, 2010, p.307).

É evidente que o processo de luta do Movimento Negro sinalizou no campo educacional a partir da promulgação por meio da legislação Educacional Brasileira, a inclusão do Ensino da História da África nos currículos escolares, como reconhecimento histórico da população afro-brasileira com parte integrante da construção da sociedade, pois exigiu dos governantes, a construção de ações que visassem diminuir as consequências dos atos discriminatórios que permearam a história do Brasil.

Desta forma, é sancionada diante das Diretrizes da Educação Nacional Lei Federal nº 9.394/96, em seu Artigo 26-A, a Lei 10.639/03 como mediadora na construção de um novo paradigma histórico referido à população afro-brasileira. Com essa promulgação da legislação, implicou o reconhecimento do governo federal para a necessidade de garantir a justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como, a valorização da diversidade que distingue os (as) negros (as) dos outros grupos que compõem a população brasileira. Porém, para que haja mudança dessa condição, requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e modo de tratar as pessoas negras e não mais como formas racistas.

Portanto, se faz necessário refletir que a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, seja reconhecida no âmbito educacional, viabilizando a desconstrução do mito da democracia racial na sociedade brasileira. Mito este que difunde a crença de que, se os negros e índios não atingem os mesmos patamares que os brancos, são por falta de

competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica fortalece na sociedade, a prática do racismo.

Por sua vez, “quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo em nosso país, mas ele se propaga e invade as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 181). Para conseguir a quebra dessas práticas racistas, requer da sociedade mais sensibilidade para compreender que o racismo não poderá mais se constituir diante da sociedade, mas para que essa realidade possa ser superada, faz-se necessário fortalecer as políticas de ações afirmativas por meio da educação, possibilitando as escolas a construir estratégias pedagógicas, que valorize a diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na sociedade.

Para direcionar em sala de aula uma política pautada na legislação se faz necessário “lutar contra um grande mito: a democracia racial. Esse tipo de narrativa, incrustada no imaginário dos brasileiros, leva-nos a pensar que no Brasil, negros e brancos gozam das mesmas oportunidades, e de que somos um verdadeiro ‘paraíso racial’” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 189-190).

Apesar de passar décadas da aprovação da Lei Federal nº 10.639/03, se registram pequenos e insignificantes avanços ao que diz respeito ao Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, porque as escolas permanecem a tratar as questões étnico-raciais em datas pontuais, como o dia 13 de maio reforçando apenas os negros escravizados, ou apenas voltados às manifestações da cultura negra em sua contribuição cultural.

Logo, é esperado da escola muito mais do que um papel coadjuvante, na conservação desta construção significativa da história, que segundo Carvalho (2008, p. 213) está:

[...] na implantação da desejada pedagogia da diversidade, propiciando a construção de novas práticas pedagógicas mais inclusivas, os professores aceitarão o desafio de se colocarem como aprendizes, como pesquisadores e produtores consciente de sua prática pedagógica quanto ao tema racial [...].

De forma sucinta é válido refletir que para a promoção da equidade de crianças e jovens negros, onde muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social, para permanecer nos espaços escolares, deve ser reconhecida a sua história e a participação dos seus ancestrais na construção da nação. Assim, se faz necessário abarcar qual a principal

função social da escola diante desse processo de combate às práticas racistas, pois infelizmente são bastante visíveis no cotidiano e precisam de uma reflexão para chegar à construção de uma sociedade mais igualitária, a qual possa conviver harmoniosamente.

Ao se colocar disposto a romper com as práticas racistas que constituem a sociedade, é preciso tanto às escolas quanto a população, trazer consigo uma postura que não devem aceitar as injustiças sociais que permeiam os espaços, pelas variadas formas de preconceitos e discriminação, isto por questões de cor de pele ou até mesmo por questões culturais.

Mas que precisam ser combatido no campo educacional, por meio de posturas voltadas para o respeito para com o outro. Faz-se necessário estabelecer na sociedade “ações, propostas políticas, que visam responder às exigências dos grupos reivindicatórios, no sentido de acabar, estancar, minorar situações de algum nível de desigualdade, de negação de direitos, preconceito, racismo, num determinado contexto” (CANDAUI, 2010, p. 39).

É preciso ter consciência de como foram instituídas as práticas do racismo, para que possa amenizar as formas de preconceito e discriminação racial que permeiam a sociedade brasileira. Neste sentido, buscou-se compreender as discussões dos estudantes a partir do conhecimento deles em relação ao “racismo” se existe ainda no Brasil e o porquê dessas razões. Vejamos o que ressaltaram:

Sim. Pois ainda hoje é passado de pais/avós para os filhos e netos, que por influência acabam praticando o racismo. Essa influência é gerada pela falta de conhecimento (Estudante A).

Sim. Porque ainda existem pessoas que não aceitam outras pessoas que não seja da sua própria cor, para eles os negros é como se fosse uma ameaça (Estudante B).

Sim. Pois, por mais que o racismo não seja tão forte como antigamente no início da colonização brasileira, ainda encontramos casos de preconceito racial e exclusão do negro na sociedade (Estudante C).

Não há dúvidas que o racismo no Brasil é muito frequente. Isso se dá principalmente pela mancha histórica no país que procede até os dias atuais (Estudante D).

Sim, porque o racismo está enraizado na nossa cultura, e vem se perpetuando nos tempos desde o período colonial (Estudante E).

Sim. Infelizmente no período colonial os negros eram vistos como escravos e pessoas sem alma e no fim da escravidão, por falta de condições e integração na sociedade, se isolaram em morros e deu origem as comunidades carentes, que hoje, em uma sociedade capitalista é vista com preconceito e logo se associa aos negros (Estudante F).

Nota-se que os estudantes envolvidos na pesquisa refletem que o processo das práticas do racismo são frutos de um processo de má formação da sociedade. Por sua vez, as diferenças de grupos culturais, principalmente a população negra no período colonial, tornou-se um ponto permanente de tensões e conflitos. Estabelecendo assim, o processo da desigualdade racial presente na atual sociedade brasileira. Nessa direção Candau (2010, p. 59) ressalta:

[...] desde o processo de expansão europeia, os choques entre povos e culturas ocorridos neste continente foram marcados por relações de poder assimétricas. A América Latina tem sua história profundamente marcada pela colonização, com todos os problemas que ela trouxe e que nós o tão bem os conhecemos, tais como: o genocídio e a escravidão dos povos autóctones, a exploração das riquezas locais, o comércio e a escravidão de povos africanos, a dependência econômica, a dívida externa.

Somando-se a essa realidade, as concepções dos estudantes em relação às práticas racistas, apontam que esta realidade está adquirida desde o princípio da colonização brasileira, porque no período da escravidão dos africanos, as relações sociais entre esses povos se estabeleceram a partir do processo hegemônico, ficando marcada a sociedade pela dominação e negação do outro.

Desta forma, deve-se compreender que “vivemos um momento de efervescência da discussão destas temáticas, impulsionada principalmente pelos grupos do movimento negro que vêm sistematicamente discutindo e pesquisando o preconceito e a discriminação racial no Brasil” (CANDAU, 2010, p. 62). Com esse intuito procuramos compreender nas discussões dos estudantes se há importância ou não de se trabalhar a História da África para combater o “Racismo” no Brasil e obtivemos as seguintes respostas:

É muito importante discutir esse tema, pois muitas vezes o preconceito é gerado pela falta de conhecimento daquilo que se tem uma intolerância (Estudante A).

Sim. Pois muitas pessoas praticam o racismo por serem induzidas pelo modo de pensar de outras pessoas que praticam o racismo, muitos deles não conhecem a história da África e só os tratam como fossem pessoas ruins (Estudante B).

A partir do momento que o indivíduo procura ter conhecimento por outras culturas e religiões ele realizará a ideologia do mesmo. Portanto, é a falta de conhecimento que gera o preconceito (Estudante C).

É importantíssimo levar em consideração o estudo e história da África. Pois, há grande influência africana em nosso país e precisamos quebrar o preconceito existente (Estudante D).

Há importância de se discutir, pois é necessário que se haja uma desconstrução da ideologia racista na mente das pessoas (Estudante E).

Sim, principalmente pra quebrar conceitos sobre suas religiões, cultura e etc. (Estudante F).

Percebe-se que trabalhar com a História da África em sala de aula, poderá ser um instrumento primordial para combater as práticas do racismo no Brasil. Porque a falta de conhecimento sobre um determinado assunto, como destacado por um dos estudantes, é propício para a prática do preconceito. Assim, direcionar o conhecimento sobre a História da África é “reconhecer as especificidades dos diferentes contingentes culturais que dão forma à nação brasileira é uma condição fundamental para construirmos uma sociedade justa e solidária, que tenha no diálogo e no respeito ao outro o ponto de partida para a promoção do bem comum” (PEREIRA, 2010, p. 23).

É nesse contexto que as escolas enquanto espaço propulsor da afirmação do indivíduo, devem favorecer o conhecimento histórico que se estabeleceu na sociedade, principalmente pautado para as discussões do racismo. Portanto, trabalhar com a História da África é valorizar e respeitar a formação do povo brasileiro, a cultura e etnicidade.

Deste modo, é um grande desafio para as escolas brasileiras trabalhar com essas questões, porque as discussões requerem dos profissionais da educação um conhecimento sobre o que é cultura, a partir do conhecimento da “diversidade, com a multiplicidade de perspectivas e tendências em relação à questão da cultura, ou melhor, das culturas” (CANDAU, 2010, p. 74). Por sua vez, procuramos abarcar com os estudantes, como o racismo e preconceito se manifestam em sua escola, e o que eles fariam para combatê-lo. Assim responderam os estudantes:

Não, mas se houvesse algum caso, o ideal seria entender de onde vem esse pensamento do aluno e combatê-lo da raiz, seja por psicólogos ou até mesmo pelo professor de Sociologia (Estudante A).

Sim. Conversaria com essa pessoa que pratica e mostraria para ela que ninguém é inferior a ninguém, são todos iguais e não importa como é o cabelo ou a característica diferente (Estudante B).

Sim. O caso que mais ocorre nas escolas e que é perceptível é a questão da homossexualidade. É necessário mostrar aos jovens outras culturas, outras opiniões (Estudante C).

Sim, na escola é visível o racismo e o preconceito. Pois, é a fase de transição dos pensamentos ideológicos (Estudante D).

Não na minha escola, mas acredito que em muitas escolas aconteçam tais práticas racistas. É preciso ser combatido. A escola deve posicionar diante a situação (Estudante E).

Eu não vejo manifesto como “bullying”, mas como brincadeiras de mal gosto entre “amigos”. Se a pessoa que sofre essas “brincadeiras”, não se incomoda ou se posiciona, não caberia a mim. Mas se fosse um bullying, algo abusivo entre colegas (não amigos) eu contaria a coordenação (Estudante F).

Verifica-se diante das respostas, que os estudantes em sua maioria não visualizam as práticas racistas no âmbito escolar, mas as brincadeiras relacionadas aos afro-brasileiros permanecem instituídas em seu cotidiano. As brincadeiras entre os amigos como destacado por um dos estudantes, pode conduzir a uma prática indireta constituída a base das práticas preconceituosa.

Desta forma, “a educação brasileira não pode mais carregar o desonroso título de reprodutora de racismo e de práticas discriminatórias vivenciadas pelo segmento populacional negro na sociedade brasileira” (CARVALHO, 2008, p. 206). À vista disso, faz-se necessário compreender que a educação brasileira no contexto das práticas discriminatórias, precisa assumir sua função social. Portanto, a escola deve ser considerada como um espaço de igualdade social e que as práticas das desigualdades não podem ser reproduzidas neste ambiente social.

Diante deste fato propiciaram-se, junto aos estudantes, informações sobre as ações positivas que demonstram como primordial para se combater a discriminação racial na escola e no Brasil. Como respostas para esse questionamento obtiveram-se as seguintes respostas:

Não respondeu (Aluno A).

Mostrar para pessoas, para o Brasil todo que ninguém é inferior a ninguém, que tem que ter respeito, porque do mesmo modo que todos queremos respeito, os negros também precisa, até porque somos todos iguais (Aluno B).

Não respondeu (Aluno C).

Trazer discussões para sala de aula é essencial (Aluno D).

É preciso, acima de tudo, uma mudança de pensamento na sociedade desde o primeiro contato com a escola. O indivíduo deve ser educado desde cedo pela

família e pela escola para que tenha ideais igualitários e tenha respeito por todos na sociedade (Aluno E).

Sinceramente eu não gosto da ideia de lei que puna o racismo, pois é ridículo ter que impor algo com punição quando se é questão de ética e moral (mas é preciso e tem que continuar!). A conscientização desde a infância de que não há raça superior, quebraria muito o racismo no futuro, pois ninguém nasce racista ou preconceituoso (Aluno F).

Analisando as respostas obtidas, verifica-se o quanto é relevante levar para a escola discussões sobre a temática em questão como forma de quebrar os estereótipos sobre a população afro-brasileira. De fato, essas discussões tornam-se um ponto necessário para compreendermos quais as instâncias que se estabelecem nas práticas racistas e quais ações precisamos evidenciar para a quebra desses paradigmas.

Será que precisamos estabelecer uma lei para punição daqueles que praticam o racismo? Ou precisaria promover uma consciência como combater as práticas racistas? É necessário compreendermos que as políticas que se estabelecem a partir das legislações são consideradas como ações afirmativas que se constituem em “políticas de combate ao racismo e a discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 186).

É preciso articular algumas legislações para punição das práticas racistas como princípio de minimizar essa situação, porque não se pode calar diante das diversas formas de discriminação e preconceito relacionado às questões étnicas, não basta apenas promover a ética, mas praticar o exercício pleno da cidadania e legislação, como parte do todo. Para finalizar toda essa discussão, verificou-se com os estudantes, se eles consideram que na mídia há manifestações preconceituosas contra os afro-brasileiros. Neste sentido, os estudantes ressaltaram sobre essa realidade:

Sim. Podemos ver isso pelos papéis ocupados por negros no meio da teledramaturgia (Estudante A).

Sim. Porque para mídia, a forma deles trabalharem, seja de pessoas que tenham cabelos lisos, e muitos profissionais tendem a mudar a maneira, por exemplo, do cabelo para poder trabalhar nessa tal empresa (Estudante B).

Sim. Isso ocorre na maioria das vezes pelas influências que os programas e novelas transmitem pela televisão, quando convidam os atores negros para fazer um papel

inferior dos brancos. Outro meio é a comunicação que as pessoas usam como forma de agredir moralmente, um exemplo, são as redes sociais (Estudante C).

Sim, a mídia procura reverter este quadro, porém ainda falta grande participação coletiva (Estudante D).

Em alguns casos sim. Felizmente podemos perceber que a mídia vem sofrendo aos poucos, um processo de mudança. Porém, o negro ainda é muitas vezes retratado como uma figura inferior ao homem branco (Estudante E).

Sim, mesmo que tenha aumentado o número de negros na TV em papéis prestigiados, em empregos no destaque honrosos, produtos de beleza que incentivam a “assumir” seu cabelo crespo ou “cacheado, o preconceito ainda é forte porque, a mesma mídia que dá “crédito” aos afro-brasileiros e sua etnia, tem poder pra denegrir com visões, conceitos pequenos e racistas (Estudante F).

Apesar das legislações, políticas de afirmações, entre outras ações contra a prática do racismo, estamos em passos lentos para chegar a uma sociedade igualitária. Percebe-se que a mídia, de forma geral, tem investido em suas telenovelas, comerciais, sistemas jornalísticos a exploração da figura negra como protagonista da situação. Assim, compreender que tais mudanças no meio da comunicação, incluindo o afro-brasileiro como protagonista, correspondem a uma política de identidade que “concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WODWARD, 2007, p. 34).

É nesse contexto que a população afro-brasileira vem articulando por meio das legislações estabelecidas, com o objetivo de acabar com a opressão e marginalização que se constituiu durante muito tempo na história do Brasil. Porque não se pode conviver em uma sociedade a classificação simbólica, principalmente relacionada às questões étnica e cultural, esteja intimamente relacionada ao contexto da ordem social (WODWARD, 2007). Lutar para ser reconhecido na sociedade é um direito garantido a todos sem distinção de cor, raça, religiosidade, entre outros aspectos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É plausível diante do estudo em questão que se faz necessário desenvolver na escola, ações que promovam um ambiente propício para a socialização de saberes e respeito das práticas racistas, onde haja uma mobilização da comunidade escolar para se apropriarem de uma discussão mais conscientizadora, na tentativa de romper as barreiras e superar o silêncio discriminatório existente.

Compreende-se que, a discussão sobre a História da África torna um instrumento importante para o campo educacional, notadamente no combate aos estereótipos construídos acerca da população negra no currículo escolar e na própria sociedade. Além de contribuir para a construção de uma escola mais democrática e promotora de justiça social, porque deve representar-se como um espaço de interação e respeito à diversidade étnicas e culturais dos (as) educando (as) onde estes possam ser mobilizados para uma participação ativa no processo de aprendizagem e principalmente para a construção de uma sociedade mais valorativa e pouco intolerante.

É imprescindível que haja uma disponibilidade pessoal de quem compõem a escola, sejam os gestores, coordenadores e docentes para romperem com a existência de preconceitos e as práticas racistas que permanecem no âmbito educacional e na sociedade. Os profissionais da educação devem assumir de fato uma Educação para as Relações Étnico-Raciais, onde esta não deve ser uma prática solitária e descontínua de alguns profissionais. Mas, possam estar envolvidos nessa construção, o exercício pleno da cidadania.

A educação precisa cumprir sua função na sociedade, formar homens que valorizam seu povo e sua história, mas para isso é preciso romper o silêncio do racismo dentro do lar e da escola. O preconceito, o racismo e a discriminação são uma barreira, e rompê-la é um desafio de todos nós. Assim, precisa-se refletir que a escola deve assumir em sua prática cotidiana a responsabilidade de promover uma formação aos estudantes uma relação de respeito entre as diferenças étnico-racial que constitui o seu espaço social.

A escola, por sua vez, deve assegurar uma formação crítica, capaz de refletir sobre temáticas cotidianas e interferir positivamente em seu meio e, sobretudo, em sua vida para transformá-la. Contudo, faz-se necessário que os órgãos competentes, as secretarias de educação e a comunidade escolar, construam um novo olhar sobre a história da formação e constituição do Brasil, desfazendo-se dos conteúdos discriminatórios e preconceituosos. Só assim, a escola contribuirá para a construção de um espaço mais democrático e acolhedor, onde a comunidade escolar reconhecerá e respeitará as diversidades culturais e raciais, oportunizando a esses atores sociais uma interação mais ativa no processo do auto reconhecimento e autovalorização.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Contribuição do Movimento Negro de Pernambuco na construção da Lei Nº 10.639/03. In: SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. (orgs.). **Educação, escolarização & identidade negra**: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BRASIL. **Lei n.º 11. 645, de 10 de Março de 2008**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 05 ago. 2010.

BRASIL. **Lei Nº 7.437, de 20 de Dezembro de 1985**. Lei Antirracismo. Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.casacivil.planalto.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 11 de março de 2008**. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Indígena. Brasília-DF: MEC, 2009.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

CANDAU, Vera Maria (Org.) **Sociedade, Educação e Cultura (s):** Questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Cultura (s) e educação:** entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e Anti-racismo na educação:** Repensando nossa educação. São Paulo: Summus, 2001.

CARVALHO, R. M.. Educação de Afro-Brasileiros: Pensando novos referenciais. In: Amâncio, Iris Maria da Costa (Org.). **África-Brasil-África:** matrizes, heranças e diálogos contemporâneos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Nandyala, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1999.
- GOMES, Nilma Lino. **Identidades e corporeidades negras: reflexão sobre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola a escola necessária**. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Fátima Santana. Inclusão Social In: **Web artigo**: 2007. Disponível em: <<http://www.webartigo.com>> Acesso em: 23 jul. 2010.
- WOODWARD, Kathryn. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.